



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

Dinâmicas contemporâneas na Aldeia Indígena Yukuro/AM: turismo, território e práticas cotidianas¹

Talita de Almeida²

Susane Patrícia Melo de Lima³

Resumo

O presente trabalho analisa como a comunidade indígena Aldeia Yukuro, localizada no município de Iranduba/AM, produz seu espaço a partir das dinâmicas territoriais contemporâneas, tendo o turismo étnico como principal atividade econômica. Fundamentado na Geografia Crítica e no método dialético, o estudo articula as categorias produção do espaço, território e territorialidade, com base em Lefebvre, Milton Santos e Haesbaert. Os procedimentos metodológicos incluíram levantamento bibliográfico e trabalho de campo com observação participante e escuta das narrativas dos moradores. Os resultados indicam que a formação da aldeia resulta de deslocamentos históricos vinculados à ocupação da Amazônia e que o turismo, embora inserido na lógica do capital, é apropriado pela comunidade como estratégia de trabalho, (re)existência e afirmação identitária, produzindo novas territorialidades.

Palavras-chave: Produção do espaço; Território; Territorialidade; Turismo étnico; Aldeia Yukuro.

Contemporary Dynamics in the Yukuro Indigenous Village, Iranduba, Amazonas: Tourism, Territory, and Everyday Practices

Abstract

This study analyzes how the Yukuro Indigenous Village community, located in the municipality of Iranduba, Amazonas, constructs its space through contemporary territorial dynamics, with ethnic tourism as its primary economic activity. Grounded in Critical Geography and the dialectical method, the study articulates the categories of the production of space, territory, and territoriality, drawing on the work of Lefebvre, Milton Santos, and Haesbaert. Methodological procedures included a literature review and fieldwork involving participant observation and listening to residents' narratives. The results indicate that the village's formation stems from historical shifts linked to the occupation of the Amazon and

¹ Trabalho desenvolvido como resultado final da dissertação de mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, da Universidade do Estado do Amazonas/UEA.

² Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas/PPGEO-UEA. E-mail: tda.mge24@uea.edu.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas/PPGEO-UEA, orientadora da pesquisa. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur. E-mail: splima@uea.edu.br



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

that tourism, although embedded in the logic of capital, is appropriated by the community as a strategy for work, (re)existence, and affirmation of identity, thereby producing new territorialities.

Keywords: Production of space; Territory; Territoriality; Ethnic tourism; Yukuro Village.

Introdução

Historicamente os povos indígenas sofrem com intervenções que foram guiadas pelos ideais europeus de colonização e pela construção de políticas que atacaram seus direitos à terra e aos territórios como condição ao próprio direito à vida. Neste contexto, muitos

desses povos foram dizimados, mudaram de seus territórios e adaptaram-se produzindo novos espaços, (re)existindo ante as violências a que foram historicamente submetidos.

Diante desse cenário, essas populações vêm atravessando séculos de conflitos e resistências através da luta coletiva, o que foi essencial para a sobrevivência de vários povos (Silva, 2015). Quanto ao processo de colonização Moraes (2001, p. 106) aponta que todo processo pode ser traduzido como uma apropriação territorial de um povo ou nação, sobre outros, sendo que a “colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão” (Moraes, 2001, p. 105). Andrade (2004) corrobora, afirmando que a ocupação pelos portugueses se deu primeiramente, motivada pela expansão mercantilista vigente à época na Europa, que procurava explorar recursos e integrar novas terras ao comércio internacional.

No Brasil, apesar da ocupação dos povos originários por todo território, não se contava com uma estrutura política unificada, pois os diferentes povos indígenas viviam distribuídos em pequenos grupos e a ocupação em nada se assemelhava ao modelo europeu. Por isso mesmo, o processo de ocupação aos moldes europeus, demandou a construção de toda uma rede a que poderia estruturar a exploração das terras, que a princípio, funcionaram muito mais como reserva de terras para as coroas do que propriamente como colônias (Moraes, 2001). O autor discorre que “no caso do atual território brasileiro, o colonizador teria que montar a colonização. Ele não encontrou uma estrutura produtiva pronta, e não encontrou nenhuma riqueza de imediato” (Moraes, 2001, p. 107).

No caso da Amazônia, a ocupação da foz do Rio Amazonas pelos portugueses, a criação da unidade administrativa do Grão-Pará em 1621 e as missões jesuíticas, foram responsáveis pelo modo como o território na região norte foi sendo ocupado pelos europeus. Pode-se inferir, conforme Andrade (2004), que a ocupação do território no Brasil, e em especial na Amazônia, é resultado de processos históricos díspares, impulsionados pela expansão econômica, pela ação do Estado e pela disputa de recursos. Nesse processo, no qual os indígenas eram os protagonistas na ocupação do território, eles tiveram seus espaços progressivamente apropriados, transformados por uma lógica externa à sua e subordinados às formas coloniais e capitalistas de ocupação, gerando conflitos que persistem ainda hoje.

Sob este contexto, e em decorrência dele, empreende-se o esforço de analisar



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

como se expressam, contemporaneamente, as múltiplas territorialidades entre as populações indígenas a partir desses processos. Assim, se debruça analiticamente, sobre a comunidade Aldeia Yukuro/AM, buscando reconhecer a pluralidade das formas de organização deste povo hoje, os atravessamentos a que foram e estão sujeitos, procurando compreender a materialidade de sua territorialidade resultante das suas relações cotidianas, sociais, econômicas e culturais. Tomando como referência a aldeia Yukuro, entende-se que os processos vivenciados pela comunidade são capazes de refletir o que

outras comunidades também experienciam em seus modos de existir e de se reproduzir socialmente.

O presente estudo aponta uma análise de como a comunidade indígena Yukuro/AM produz seu espaço através das dinâmicas territoriais contemporâneas. Identifica como se deu a formação socioespacial da aldeia Yukuro, considerando as forças produtoras do espaço e as transformações geohistóricas em que a comunidade esteve inserida; o amplo dinamismo com as escalas espaciais, que variam do local ao global, evidenciando um território de organização do trabalho e vivência em torno da atividade turística como fonte de renda e resistência, na contemporaneidade.

O território da Aldeia Yukuro, localiza-se no município de Iranduba/AM, às proximidades da metrópole Manaus (figura 1). Essa comunidade está estabelecida no Parque Ecológico do Janauari num território demarcado pelo Estado dentro da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro (APA-MD Rio Negro). A APA é uma Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável, sob a gestão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Amazonas/Sema-AM, essa Unidade de conservação é ocupada por famílias de ribeirinhos e indígenas que vivem fora do espaço urbano. A comunidade fica a 40 minutos de barco desde o Porto Central de Manaus, trajeto que é feito com pequenas embarcações (figura 2), atravessando o Rio Negro da margem esquerda à direita, onde se vê a entrada da Aldeia (figura 3).

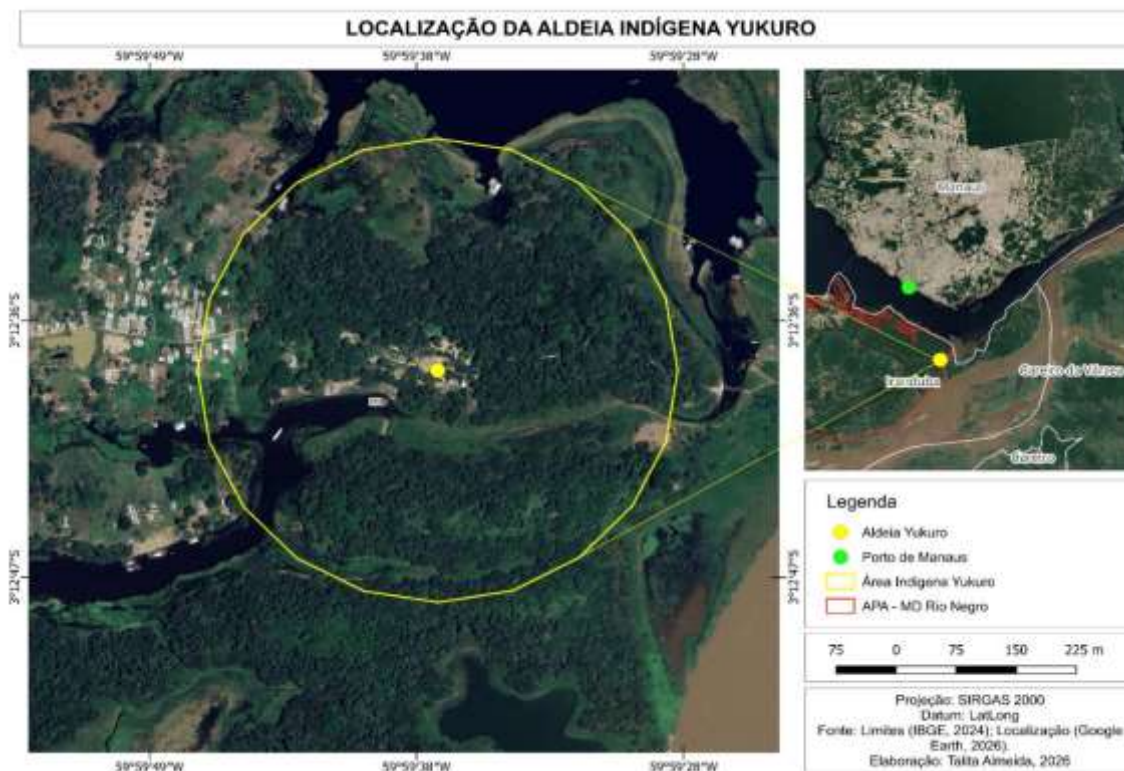


2026

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

Figura 1 – Localização da Aldeia Yukuro/AM.



Fonte: Elaboração de Talita de Almeida, 2026.

Figura 2 – Travessia em pequena embarcação.



Fonte: Talita de Almeida, 2025.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

Figura 3 – Entrada da Aldeia Yukuro.



Fonte: Talita de Almeida, 2025.

A comunidade tem como principal atividade econômica o turismo étnico⁴, recebendo visitantes diariamente. Na aldeia Yukuro⁵ a comunidade faz apresentações de dança, pintura de grafismos, venda de artesanatos e degustação de comidas típicas para os visitantes conhecerem e interagirem com a cultura local. Essas atividades estão incluídas num passeio tradicional do circuito turístico da região do Amazonas, que parte da metrópole Manaus todos os dias. Esse passeio conta com outras atrações naturais e regionais, como ida ao encontro das águas entre os rios Negro e Solimões, almoço em restaurante de comida regional, lazer de pesca de pirarucu, nado com botos, além da visita à comunidade.

Os processos históricos, forças ou estruturas sociais respondem pela forma como essa comunidade vive e produz seu espaço na contemporaneidade. As dinâmicas cotidianas expressas socialmente, politicamente, economicamente e culturalmente

⁴ O turismo étnico ou etnoturismo, no presente contexto, compreende o turismo que envolve povos indígenas em seu sentido de pertencimento a um lugar, onde eles mesmos promovem ações e serviços a um público específico. Segundo Corbari; Bahl (2014), o turismo étnico indígena pode ser apreendido como um modo de expressão por interesse pela cultura e pelo modo de vida dos povos, de forma a compreender as diferenças entre os povos. O turismo étnico ou etnoturismo, no presente contexto, compreende o turismo que envolve povos indígenas em seu sentido de pertencimento a um lugar, onde eles mesmos promovem ações e serviços a um público específico. Segundo Corbari; Bahl (2014), o turismo étnico indígena pode ser apreendido como um modo de expressão por interesse pela cultura e pelo modo de vida dos povos, de forma a compreender as diferenças entre os povos.

⁵ Na pesquisa, o termo comunidade refere-se ao fato de que diferentes famílias indígenas de diferentes etnias convivem, formando a Aldeia Yukuro. Aldeia é o território onde essas famílias habitam.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

desenvolvidas na Aldeia Yukuro expressam formas de (re)existência, revelando novas formas de viver o espaço em interação com processos que extrapolam a escala local, visto a forte relação com a metrópole Manaus, que amplia a capacidade do circuito turístico, permitindo que o global se aproxime, tanto quanto eles estão amplamente relacionados com este global pela metrópole.

A Aldeia Yukuro expressa uma resposta adaptativa aos processos históricos em que a comunidade esteve inserida, demandando deslocamentos, reorganização socioespacial e inserção na lógica do capital. Ainda, que a escolha pela atividade de turismo étnico figure como uma alternativa adotada para promover a manutenção da cultura ao mesmo tempo em que reflete uma necessidade de trabalho, uma estratégia de sobrevivência e forma de obtenção de renda para a comunidade Yukuro. E por fim, que essa atividade escolhida como trabalho influencia tanto na dinâmica e no cotidiano da comunidade, como na produção do espaço, originando uma nova territorialidade, que se insere na contradição entre a mercantilização da cultura, frente a necessidade de inserção da comunidade numa lógica alheia ao local, ao mesmo tempo que é meio e condição para manutenção da vida em coletivo.

Aportes teóricos, metodológicos e analíticos para a leitura espacial da Aldeia Yukuro/AM

A atividade turística é entendida conforme Santos, Carvalho e Anjos (2021), sob uma perspectiva mercadológica em que o espaço de vivência dos moradores de uma comunidade étnica passa a ser concebido como uma mercadoria destinada ao visitante e fonte de renda à população de Yukuro. Essa lógica promove a conversão do cotidiano e das práticas culturais em mercadorias simbólicas. Por um lado, esse processo possibilita a inserção da comunidade no circuito turístico econômico, garantindo um meio de trabalho e renda, e por outro, exige adaptações que acabam por ressignificar os sentidos originais do espaço, produzindo outras territorialidades. Dessa forma, o turismo apresenta um caráter ambíguo, contraditório, pois ao mesmo tempo em que pode favorecer o resgate ou permanência de manifestações culturais que poderiam ser esquecidas, especialmente em razão da proximidade com a metrópole, também redefine essas práticas a partir das exigências do mercado.

Considerando as contradições estabelecidas é que, metodologicamente, o estudo da comunidade indígena Aldeia Yukuro adota uma abordagem metodológica no campo da geografia humana, considerada a partir do seu viés crítico, de influência histórico-crítica de perspectiva dialética. Ao adotar a abordagem dialética, fundamentada na tradição da Geografia Crítica, entende-se que esta permite realizar uma análise da produção do espaço e das relações contraditórias presentes nos processos de constituição dos territórios e das territorialidades que neles incidem. Desse modo, sujeito e objeto são contrapostos sem

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

que um prevaleça sobre o outro, pois o sujeito e o objeto se constroem um em relação ao outro (Sposito, 2004).

Desse modo, a dialética permite compreender o objeto geográfico de forma histórica e relacional, articulando sujeito e objeto em um processo de investigação que considera as contradições internas e externas à realidade estudada, não se limitando à descrição ou à classificação dos fenômenos, mas busca entender como elementos diferentes interagem para produzir novas realidades (Sposito, 2004). Lencioni e Trindade Júnior (2024) reforçam que o método dialético é essencial na análise socioespacial, pois possibilita considerar simultaneamente as dimensões estrutural e subjetiva do espaço, articulando relações sociais, práticas culturais e processos econômicos. Essa abordagem permite analisar os espaços não como pontos isolados, mas como sendo produzidos socialmente, atravessados por tensões entre interesses locais e globais, como no caso do turismo étnico, desenvolvido na Aldeia Yukuro.

Os valores conflitantes entre a produção do território e as territorialidades tradicionalmente indígenas, atravessados pelo processo histórico colonialista nas relações de produção, resultam numa combinação onde as práticas sociais, o trabalho e o espaço geográfico configuram uma outra realidade para a Aldeia Yukuro, um espaço que é produto das relações sociais de produção (Santos, 1996).

Segundo Lefebvre (2006) a produção do espaço resulta de uma equação cujos fatores socioeconômicos, políticos e culturais estão situados num determinado tempo histórico. Desse modo, o espaço é criado num processo que atende a ordens estruturais e intencionalidades em diversas escalas: mercado global, estado nacional, cultura regional etc. Ao mesmo tempo esse espaço não é apenas resultado, mas também um agente determinante no modo como essas estruturas e intencionalidades se manifestam, configurando novas espacialidades, onde a vida, o trabalho, a política e a economia se reproduzem, significativamente observados em conjunto entre o povo da comunidade Yukuro.

Para Milton Santos (1996) o espaço geográfico é entendido como resultado da articulação entre condições materiais, técnicas e relacionais que organizam a vida cotidiana. As práticas sociais, como trabalhar, habitar, circular, interagir, etc, revelam de que forma as comunidades ou grupos sociais fazem uso do território e nele constroem sua existência. Portanto, quando se fala em produção do espaço, as formas de uso e apropriação do território e sua significação estão diretamente relacionadas às condições histórico-materiais em que foram concebidas (Santos, 1996). Assim que a compreensão do território, ultrapassa a dimensão física e material, pois compreende que o mesmo é uma construção histórica e social, produzida a partir das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com o espaço. Nesse sentido, Santos e Silveira (2006) propõem a noção de território usado, que é entendido como materialização concreta das práticas sociais, econômicas e políticas, ou seja, como um espaço que é apropriado e vivido pelos

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

diferentes agentes sociais. Para os autores “o território não é somente o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território é o chão, mais a população” (Santos; Silveira, 2006, p. 19) demonstrando que o território, a partir de seu uso, também incorpora dimensões simbólicas, de identidade e de pertencimento (Santos; Silveira, 2006).

Nesse sentido, as categorias centrais de análise adotadas na pesquisa são produção do espaço, território e territorialidade, sendo essas compreendidas como dimensões fundamentais para analisar as dinâmicas de produção socioespacial da Aldeia Yukuro, pois são essas categorias que nos permitem entender como a interação entre as relações sociais, políticas e econômicas são materializadas no espaço, evidenciando as contradições que são inerentes aos processos de apropriação e produção do território.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva lefebvrea, para quem o espaço é socialmente produzido, resultando nas relações de poder que nele se estabelecem bem como em práticas cotidianas e representações que estruturam a vida social (Lefebvre, 2006). Desse modo o território não deve ser compreendido como suporte, mas como espaço ativo na produção e reprodução das relações sociais, permitindo o entendimento de forma articulada, entre as dimensões normativas, práticas e simbólicas do espaço da aldeia Yukuro.

A noção de territorialidade, segundo Haesbaert (2004), é compreendida como conjunto de práticas e relações de poder que organizam ou orientam os usos e a apropriação do território. Vale ressaltar que essa territorialidade pode expressar diferentes formas de pertencimento, que podem coexistir sobre o mesmo espaço, assim, o território torna-se um campo de disputas e de forças de múltiplos agentes, que buscam afirmar seus interesses e projetos (Haesbaert, 2004). Sobressaem as diferentes escalas de análise, relacionando processos locais às dinâmicas econômicas, políticas e culturais mais amplas, evitando a generalização, bem como a descrição isolada do particular. Assim, procura-se tratar a Aldeia Yukuro não como uma realidade fechada em si mesma, mas como uma expressão de processos espaciais contraditórios mais amplos, o que possibilita, partir do particular, compreender como tais processos se manifestam em outros contextos, em diferentes escalas.

A postura metodológica incorpora a compreensão do território como condição da existência coletiva para os povos indígenas. Deste modo, o trabalho de campo privilegiou a observação participante, as conversas e a escuta das narrativas dos moradores da Aldeia Yukuro, tendo na observação participante uma técnica de coleta de dados que permitiu uma imersão no campo da interação com os participantes e a compreensão profunda das dinâmicas e realidade do território local. Assim que as práticas sociais indígenas, foram analisadas como práticas territoriais históricas, atravessadas por processos de continuidade, transformação e resistência frente às dinâmicas históricas e contemporâneas de produção do próprio território na comunidade Yukuro.

Outros procedimentos metodológicos, adotados foram: levantamento histórico e geográfico usando referencial bibliográfico, a fim de compreender o processo de formação geohistórico da Aldeia Yukuro bem como as relações territoriais no cotidiano vivido da comunidade. Os dados coletados de forma empírica no trabalho de campo foram analisados através de uma abordagem qualitativa e interpretativa, em que se identificou as



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

contradições que operam nas dinâmicas do território da Aldeia Yukuro, através da relação entre práticas cotidianas, organização territorial e às dinâmicas contemporâneas. Convém mencionar que se utilizou como procedimento a Inteligência Artificial, através da ferramenta ChatGPT (GPT-5.3 Instant), para a revisão textual, esse uso não substitui as análises teóricas, críticas, analíticas ou argumentativas utilizadas, estando as mesmas integralmente sob responsabilidade da autoria.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de reconhecimento sobre como se concebe, se percebe e de fato se dão as vivências na produção do espaço na comunidade Aldeia Yukuro hoje. Através desse estudo de caso busca-se contribuir com mais uma peça na visibilidade necessária às comunidades de povos indígenas do Amazonas, contemplando suas multiplicidades, bem como revelando as contradições inerentes ao modo de vida contemporâneo, a fim de compreender quais atravessamentos sofrem tanto pela estrutura social, política e econômica a que estão submetidas, bem como suas estratégias de resistência e manutenção de identidade sobre o próprio território.

Geohistória da ocupação e a formação étnica da Aldeia Yukuro

A formação territorial no Brasil foi ao mesmo tempo econômica, política e técnica, pois esteve fundamentada numa lógica que é estrutural e alheia ao local, sob uma lógica de exploração de recursos que produz desigualdades socioespaciais (Santos; Silveira, 2006). Na Amazônia, tais processos assumiram particularidades, ainda que mantendo a mesma lógica estrutural. A região foi sendo incorporada ao território nacional a partir de interesses estratégicos, tanto do Estado quanto do capital, sendo assim integrado de forma progressiva através de políticas e de frentes de expansão. É a partir desse contexto que se torna possível compreender o processo de ocupação socioespacial da Amazônia e, em seguida, da região do Alto Rio Negro no estado do Amazonas, tomados como bases para a análise da formação da Aldeia Yukuro.

Segundo Cabalzar (2005), desde antes da colonização, a região da bacia do Rio Negro já era amplamente povoada pelos povos originários da Amazônia, mas foi a partir do século XVIII, com a chegada e ocupação pelos brancos europeus, que adentraram pela foz do rio Amazonas, que muitos desses povos originários passaram a ser concentrados em aldeamentos, num processo estratégico de controle colonial sobre o território (Cabalzar, 2005). Para Carvalho, Moreira e Vale (1979) ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente durante o ciclo da borracha, a Amazônia foi integrada de forma mais

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

acentuada ao mercado internacional, provocando intenso fluxo migratório e grandes transformações socioespaciais. Esse processo resultou em conflitos territoriais, escassez de recursos e intensificou as desigualdades, afetando ainda mais os modos de vida indígenas.

De acordo com Oliveira (2014), a Amazônia foi constituída a partir de uma ideia geográfica e simbólica, marcada por interesses externos e por representações que, via de regra, não correspondem às realidades locais. Se inicialmente o espaço era organizado de modo a garantir formas básicas de sobrevivência do grupo, com relações diretamente ligadas ao ambiente próximo, essas dinâmicas vão sendo modificadas a partir da influência dos interesses externos, cada vez mais distantes da realidade local. Assim, o espaço passou a ser transformado por intencionalidades alheias, nas quais as relações sociais passaram a ser mediadas, sobretudo, pelo mercado.

Diante das mudanças tanto na dinâmica econômica como populacional, muitos desses povos foram sujeitos a trabalhos forçados, diversas foram as lutas travadas pela ocupação da terra e, ao longo do século XX muitos indígenas migraram como forma de refúgio, da região do médio Rio Negro para o Alto Rio Negro, próximo ao que hoje é a fronteira entre Brasil e Colômbia (Cunha, 1992). Através de relatos coletados pelos pesquisadores da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e seus afluentes (Coitua), que abrange a região do Alto Rio Negro, é possível identificar a história da formação do distrito de Pari Cachoeira, lugar no qual originalmente viviam as famílias dos indígenas que formam hoje a comunidade Aldeia Yukuro.

No Alto Rio Negro, observa-se a predominância da língua Tukano, conforme aponta Galvão (1979), cujo uso foi reforçado pela atuação dos missionários, ao adotá-la na comunicação com as demais etnias. Corroborando com Galvão (1979), o acervo sobre a história e as culturas indígenas no Amazonas, disponível no site do Instituto Socioambiental (ISA), reafirma o domínio étnico dos Tukano na região do rio Uaupés. Cabe ressaltar que a língua Tukano não se confunde com a etnia Tukano, uma vez que diferentes povos utilizam esse idioma como língua de comunicação. O líder da comunidade Yukuro, Cacique Daniel Tukano, relata que seu avô foi quem saiu da região em busca de acesso a melhores condições de vida. Corroborando com ele, os relatos históricos indicam que as famílias que hoje compõem a comunidade Yukuro, são: Tukano, Tuyuka, Desana, Makuna, Bará e Pira-Tapuya são oriundas da região, mais especificamente do distrito de Pari-Cachoeira, no Alto Rio Negro, tendo se deslocado devido às mudanças nas dinâmicas territoriais e econômicas decorrentes da expansão colonial e das políticas estatais implementadas na região, principalmente na segunda metade do século XX.

Assim, a formação territorial da Aldeia Yukuro pode ser entendida como resultado de um processo histórico amplo, que foi dinamizado pelas reconfigurações territoriais, pelas disputas de poder e marcado por deslocamentos impulsionados pelas transformações. É

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

importante salientar que esse processo não se restringe a imposição de uma lógica sobre outra, mas sim que explicita as estratégias de resistência e adaptação adotadas pelos povos indígenas, que seguem mantendo formas próprias de relação com a terra e o território, reafirmando suas identidades apesar das dinâmicas impostas pelo processo de colonização e pelos interesses do capital. No caso do distrito de Pari Cachoeira, sabe-se que a concentração populacional, a ausência de políticas públicas e a escassez de recursos e infraestrutura, foram agravadas na medida em que foram sendo impossibilitadas as práticas tradicionais de manejo (Duarte; Monteiro, 2019). Esse processo, contudo, não pode ser compreendido como natural, mas ao contrário, trata-se do resultado de uma intencionalidade político-econômica e sociocultural.

A Aldeia Yukuro deve ser interpretada não como resultado de decisões individuais ou de algum processo isolado, mas sim em relação a uma formação socioespacial mais ampla, materializada através de processos históricos vinculados à história de ocupação da Amazônia, aos deslocamentos populacionais que foram impulsionados pela política e pela economia, bem como pelas transformações vivenciadas pelos povos indígenas no Alto Rio Negro e ainda, às dinâmicas contemporâneas que a conectam aos circuitos globais através do turismo. Mais do que identificar os elementos que influenciaram na sua formação, nos interessa compreender como esses processos foram incorporados ao território e influenciam contemporaneamente o cotidiano da comunidade, as formas de viver, produzir e significar o espaço da Aldeia Yukuro.

Turismo como fator de atração e reconfiguração do território na região de Manaus

Somado ao crescimento demográfico que foi impulsionado pela implantação do Distrito Industrial em Manaus, a partir da década de 1970, ocorre a inserção de uma outra atividade, a do turismo na Amazônia. Isso pode ser observado especialmente pela instalação dos chamados hotéis de selva, voltados ao turismo de natureza (Cruz, 2003). Esse processo significa não só uma nova atividade econômica, mas também uma mudança no modo como o território passa a ser concebido e usado. Se as paisagens naturais passam a ser incorporadas como atrativos turísticos, isso origina não só uma mudança na economia, mas também na produção do espaço, nas relações socioespaciais e no cotidiano local.

É nesse contexto de reconfiguração territorial e deslocamentos que o turismo emerge como uma nova forma de inserção econômica na Amazônia. Diferente de representar apenas uma alternativa de renda, essa atividade deve ser compreendida como parte de um novo ciclo de apropriação do território, no qual elementos da natureza e da cultura passam a ser incorporados à lógica de valorização econômica (Faria, 2005).

Nesse contexto, o chamado ecoturismo passou a ser promovido como uma alternativa de desenvolvimento regional, sendo associado à ideia de sustentabilidade e inclusão. No

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

entanto, conforme analisa Faria (2005) essa é uma atividade que pode reproduzir desigualdades, já que acaba por incluir as populações tradicionais em cadeias produtivas e dinâmicas de mercado que atendem aos interesses de agentes externos, redefinindo o uso do território a fim de atender essas demandas.

De acordo com Cruz (2003), um dos marcos que inaugura o processo de inserção da região de Manaus ao circuito do turismo é a construção do Hotel Amazon Lodge, inaugurado em 1982 no município de Autazes. Esse foi o primeiro hotel de selva da região, que viria a fazer parte de um movimento maior: a inserção do Amazonas na economia dos serviços voltados ao turismo.

Assim, tanto as políticas públicas, como investimentos privados passam a adotar estratégias para promover a região como destino turístico, incluindo a criação de áreas de proteção ambiental e reservas de desenvolvimento sustentável, modificando as relações socioespaciais existentes no lugar, bem como a circulação de pessoas e das relações de trabalho, ou seja, o espaço passa a ser concebido a partir do seu potencial econômico.

Esse processo é particularmente relevante para a compreensão da formação da Aldeia Yukuro, que emerge nesse mesmo contexto histórico de transformação da produção social do espaço amazônico voltado ao atendimento do turismo. Segundo relatos do Cacique da Aldeia Yukuro, Daniel Tukano⁶, foi nesse período, durante a década de 1980, que seu avô partiu do Alto Rio Negro com os filhos, junto a outras famílias, deslocando-se para a região de Manaus.

Inicialmente, a comunidade se instalou na praia do Tupé, onde algumas famílias já haviam se reunido para trabalhar com apresentações culturais e outras atividades relacionadas ao turismo, então em expansão na região.

Após a chegada à praia do Tupé, até a formação da Aldeia Yukuro, muitas mudanças ocorreram, conforme relata Daniel Tukano. Devido a conflitos de natureza interétnica, problemas com álcool e brigas internas, seu pai mudou-se para a cidade de Manaus, onde Daniel Tukano frequentou a escola durante o ensino fundamental e, posteriormente, auxiliou nos trabalhos como servente de pedreiro na capital.

Posteriormente, a inadaptação à vida urbana e ao ritmo de trabalho na construção civil o levou a retornar às atividades ligadas ao turismo, regressando assim à praia do Tupé, onde outras famílias de parentes seguiam com essa atividade. Segundo relata Daniel Tukano, as questões de liderança e decisões coletivas geraram novos conflitos, assim, sua família juntamente com outras famílias - os cunhados, sogros, etc - buscaram um espaço onde pudessem exercer atividades relacionadas ao turismo, o que pode ser entendido tanto como uma estratégia de permanência quanto de reprodução social do grupo.

Nesse processo, parte da comunidade reuniu-se e, inicialmente, instalou-se no rio Tarumã, afluente do rio Negro que corta a cidade de Manaus no sentido norte-sul. Mais tarde, a localização, desfavorável para o recebimento de embarcações turísticas, considerando que já havia uma rota turística consolidada e que o rio Tarumã estava fora dessa rota, exigiu um novo deslocamento. Foi nesse momento que a comunidade passou a ocupar o espaço que hoje corresponde à Aldeia Yukuro, situada no Parque Ecológico do Janauari, uma Unidade de Conservação de uso sustentável, próxima de onde vivem outras comunidades ribeirinhas que também exercem atividades de turismo, conhecida como

⁶ Relato do cacique da Aldeia Yukuro coletado durante trabalho de campo realizado em 25/06/2025.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

vila flutuante do lago do Janauari.

Considerando esse conjunto de processos, quais sejam: deslocamentos impulsionados pelas mudanças exógenas, políticas de integração econômica e territorial, criação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial, e ainda, a consolidação do etnoturismo, entende-se que a formação da Aldeia Yukuro deve ser compreendida como o resultado de uma trajetória socioespacial marcada pela procura por condições materiais de sobrevivência, pela luta por preservação cultural e pela busca de mecanismos que possibilitem recriar seus territórios e identidades.

Os sujeitos passam a vivenciar temporalidades distintas num mesmo território contraditoriamente aliando as formas tradicionais de uso do território pelos povos indígenas com os ritmos acelerados de circulação de informações, de produtos e de capital. O avanço da técnica e do fluxo global, junto às formas de relação respeitando os ritmos da natureza, dos ritos e das práticas coletivas em comunidade, é justamente essa coexistência num mesmo espaço que Haesbaert (2004) chamou de multiterritorialidade, ou seja, não se pode conceber o espaço como homogêneo, mas sim como múltiplo e diverso, sendo atravessado pelas diferentes escalas e produzindo novas espacialidades.

Essas lógicas se tornam evidentes quando se observa o modo como a comunidade indígena Yukuro está articulada às dinâmicas do capital global contemporâneo. Se para Santos (2006) a globalização não é responsável por eliminar os lugares, a identidade e a relação de pertencimento estabelecida com o território, mas sim as reorganiza, promovendo outras divisões territoriais do trabalho, que são cada vez mais complexas, os territórios estruturados a partir de relações de pertencimento e identidade, são atravessados pelas lógicas estruturantes, como é o caso dos fluxos de informação e de consumo. No caso da Aldeia Yukuro, a incorporação de tecnologias da informação, de circulação econômica e as relações de trabalho voltadas ao turismo revelam uma rede de conexão entre o local, o regional e o global. Vale ressaltar, sob essa perspectiva, o papel do turismo na organização do território e como as atividades passam a existir muitas vezes em detrimento das necessidades locais, buscando atender preferencialmente aos interesses externos. No caso do turismo, não só o espaço é produzido para atender a uma demanda de consumo como é produzido para criar e seguir reproduzindo essa demanda, incorporando a cultura, o território e a paisagem à sua lógica.

Se o turismo está situado entre essas diferentes temporalidades, quais sejam: a aceleração do consumo e da circulação de informações e mercadorias e a temporalidade das práticas territoriais tradicionais, ele funciona como mecanismo de articulação entre as diferentes escalas espaciais (Carlos, 2014; Santos, 1996). Neste sentido, o turismo em territórios indígenas, quando apropriado pela lógica capitalista, tende a ser um agente transformador das práticas culturais, subvertendo-as em produtos pensados para atender à demanda de consumo e criando representações voltadas ao consumo. Para Faria (2001) a forma como a atividade do turismo ocorre contemporaneamente “mitifica os lugares”, transformando a paisagem e a cultura em uma idealização voltada para um ideal de consumo, ou seja, produzindo uma ideia de natureza e de povos tradicionais a partir de uma imagem exotizada e comercializável. Disso resulta que o interesse do visitante está em consumir uma visão romantizada e muitas vezes anacrônica do outro, uma idealização que é criada e vendida como autenticidade e diferença. Quando Debord (1997, p. 10) afirma que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

pessoas, mediatizada por imagens” ele expressa o potencial do turismo de não apenas produzir e vender lugares, mas também representações sociais e culturais.

Como consequência, essa atividade na Aldeia Yukuro pode exercer uma pressão sobre as comunidades indígenas, que devem corresponder a essa ideia, a essa expectativa simbólica criada pelo mercado, adaptando suas práticas. Como fonte de renda à comunidade, o turismo pode sim ser um mecanismo de valorização do território e da comunidade, e acaba por se associar às necessidades locais e à preservação cultural. O controle e a gestão territorial também são determinantes à autonomia e usos culturais como benefícios econômicos da atividade. Nesse sentido, o turismo pode deixar de ser apenas concebido como espetáculo que busca satisfazer o olhar externo, tornando-se um instrumento de fortalecimento identitário, autonomia econômica e reprodução cultural.

Pode-se inferir que, a partir dos atravessamentos estruturais, as práticas culturais, a paisagem natural e a territorialidade indígena adquirem valor econômico e simbólico, o que significa que passam a ser valoradas não somente pelo valor de uso, mas considerando-se seu valor de troca, essas nuances não configuram processos homogêneos ou imposições recebidas de maneira passiva, pois os povos indígenas se organizam e desenvolvem estratégias de negociação, adaptação e resistência diante dessas dinâmicas (Dutra, 2008). Isso significa que o turismo se caracteriza como uma atividade que materializa uma dialética contemporânea na comunidade Yukuro, pois atua ao mesmo tempo na integração econômica, na transformação do território e na permanência de modos de existir e se relacionar que vão permitir a reprodução da vida em comunidade.

Considerações finais

As análises que tratam do turismo em territórios indígenas dão margem a interpretações antagônicas, se por um lado acredita-se que ele representa uma atividade econômica que funciona como uma forma de incorporação das comunidades tradicionais às dinâmicas globais capitalistas, transformando o espaço e a cultura em mercadorias, e as próprias práticas sociais como os rituais em produtos espetacularizados; por outro lado, pode-se entender que os povos indígenas adaptaram-se a esse funcionamento estrutural de acordo com suas próprias lógicas, adotando os mecanismos disponíveis, como o turismo, como um meio de sobrevivência e até mesmo manutenção da sua cultura. Isso explicita como os processos de produção do espaço são inerentemente contraditórios na contemporaneidade.

Os indígenas, diferentemente do que o turismo pode querer projetar, não são sujeitos anacrônicos que estão resistindo sustentando um modo de vida que desaparecerá, mas sim sujeitos históricos ativos, que produzem suas próprias formas de (re)existência diante de um mundo em constante transformação, e que opera sob a lógica do capital (Porto-Gonçalves, 2005). A Amazônia se constitui num espaço não apenas de exploração econômica, mas sim na existência complexa de múltiplas territorialidades e racionalidades que incluem diferentes projetos de vida, no presente e no futuro.

As comunidades indígenas não apenas se adequam e aceitam as dinâmicas externas, impostas e alheias à sua lógica, mas dialogam com elas e criam maneiras de ressignificar as próprias vivências, adaptando-se e reorganizando seus territórios e suas



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

práticas, como é o caso da Aldeia Yukuro. Embora o turismo esteja operando e se expandindo segundo a lógica do capital, qual seja, a da mercadoria e do consumo, sua apropriação pela Aldeia não pode considerar somente o viés econômico, sob a ótica capitalista, mas sim compreendê-lo como potencial instrumento para o fortalecimento da autonomia, de valorização de sua cultura e como estratégia de reafirmação das relações indígenas com o território, já que a partir do turismo é possível que essas comunidades produzam tanto visibilidade social como reafirmem seu cotidiano vivido a partir do turismo, quando expressam para os de fora sua própria existência. Nesta troca, diferentes grupos, interesses e relações identitárias se conectam, formando um nó na complexa rede de relações entre mercado, sujeitos e cultura na contemporaneidade.

Desse modo, determinar se o turismo é uma atividade que favorece ou desfavorece a comunidade indígena depende da análise de qual caráter essa atividade assume, quais relações sociais operam, quais interesses determinam as ações e de que forma os agentes da comunidade e alheios a ela se organizam e se apropriam do espaço a partir da prática do turismo, no caso de Yukuro, é resistência face às formas cotidianas de vida contemporânea.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

CABALZAR, Aloisio; LIMA, Flávio. Do Rio Negro ao Alto Tiquié: contexto socioambiental. In: CABALZAR, Aloisio (org.). Peixe e gente no alto rio Tiquié: conhecimentos tukano e tuyuka, ictiologia e etnologia. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. p. 21–48.

CARVALHO, José Alberto Magno de; MOREIRA, Morvan de Mello; VALE, Maria do Carmo Fonseca do. Migrações internas na Amazônia. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (org.). Amazônia: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 193–243.

CORBARI, Sandra Dalila; BAHL, Miguel. Reflexões sobre conceitos e definições atinentes aos tipos de turismo e ao turismo indígena. In: SEMINÁRIO DA ANPTUR, 11., 2014, Fortaleza. Anais... São Paulo: ANPTUR, 2014. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/9.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2025.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. O turismo e a reinvenção da Amazônia. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca, 2003. p. 93–106.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do nordeste do Brasil. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Larissa Ye'padhio Mota; MONTEIRO, Gentil. Coordenadoria das



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e seus afluentes (COITUA). In: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Cadernos de Gestão Territorial PNGATI — Noroeste Amazônico. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2019. Disponível em: <https://foirn.org.br/wp-content/uploads/2019/05/cadernos-de-gestao-territorial-PNGATI-Noroeste-Amazonico.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2026.

DUTRA, Israel Fontes. Fronteiras étnicas, território e autodeterminação indígena no Alto Rio Negro. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARIA, Ivani Ferreira de (org.). Gestão do conhecimento e território indígena: por uma geografia participante. Manaus: Reggo Edições, 2015.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; OSOEGAWA, Diego Ken. Conflitos territoriais, autonomia e o direito do povo Mura à consulta prévia, livre e informada. Revista Videre, v. 13, n. 28, p. 185–215, 2021.

FARIA, Ivani Ferreira de. Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001. 127 p.

GALVÃO, Eduardo. Aculturação indígena no Rio Negro. In: GALVÃO, Eduardo. Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 135–192.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Tradução do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão em português, fev. 2006.

LENCIONI, Sandra; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pesquisa socioespacial: reflexões sobre métodos e técnicas de investigação científica. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. Geografares, Vitória, n. 2, p. 105–120, 2001.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A invenção geográfica da Amazônia. GeoUECE, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 184–197, 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia. In: SILVA, Sidney Antônio da (org.). Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia. Manaus: UFAM, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Danielle Mariam Araújo dos; CARVALHO, Joelma Monteiro de; ANJOS, Francisco Antônio dos. Turismo étnico indígena no Amazonas: mitos e territórios que contam histórias. Rosa dos Ventos, Caxias do Sul, v. 13, n. 3, p. 901–928, 2021.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo:



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664955

Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Zilmar Lima da. Território e territorialidades indígenas na cidade de Manaus. In: FARIA, Ivani Ferreira de (org.). Gestão do conhecimento e território indígena: por uma geografia participante. Manaus: Reggo Edições, 2015. p. 43–72.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.